
ATA Nº 4

3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2025

30 DE JUNHO DE 2025

----- Aos trinta dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas e quarenta minutos, na sala da Casa do Povo do Cabo da Praia, freguesia de Cabo da Praia, deste Concelho, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na terceira sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e cinco. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: -----

-----Paulo Manuel Martins Luís - PPD/PSD, Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Lucília de Fátima Toste Ávila em substituição de Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Sandra Isabel Ávila Galvão em substituição de Graça das Mercês da Silva Brum Pereira - PPD/PSD, João Paulo Rocha Ávila - PPD/PSD, Diana Maria Nunes Simões - CDS-PP, Lisandra Marina Barcelos Valadão - PPD/PSD, Filipe Barcelos Rocha - PPD/PSD, Silvestre Miguel Simões da Rocha em substituição de Vânia de Fátima Sousa Leal - PPD/PSD, Valdemar Manuel Dias Toste - CDS-PP, Maria de Fátima Alves Homem - PS, Eulália Ferreira Toste Leal - PS, Ricardo António Ferraz da Rosa em substituição de Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt - PS, Valter Manuel Linhares Peres - PS, Carina Marlene Pires Dias - PS, Simão Pedro Meneses Fonseca - PS, Daniela Leal de Andrade - PS, José Adriano Meneses Laranjo - PS, José Manuel de Aguiar Paim - PS, Rita Lemos Borges - GCE, Bruno Manuel de Aguiar Borges - GCE, Paulo Renato Rocha Ázera em substituição de Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Ana Margarida Vieira Branco - Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes - Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz, Marco Aurélio Ferreira Toste - Junta de Freguesia de São Brás e Alice de Lima Enes em substituição de Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: -----

----- Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira - PPD/PSD, Vânia de Fátima Sousa Leal - PPD/PSD, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt - PS, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- À presente reunião apresentaram pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove,

de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros:-----

----- Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira – PPD/PSD, Vânia de Fátima Sousa Leal - PPD/PSD, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova.-----

----- À presente reunião não apresentaram justificação de falta, nos termos do número dois do artigo vinte e nove, da Lei número setenta e cinco de barra dois mil e treze, de doze de setembro, os seguintes membros:-----

----- Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS. -----

----- Para além da Sra. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: -----

----- Ricky Joe Baptista, Marco Aurélio Pamplona Meneses, Vitória Carolina Sousa da Silva, Marco Euclides Lemos Martins, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira e Isménia Landeiro Alves. -----

----- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, os seguintes membros da Câmara Municipal:-----

----- Paula Cristina Borges de Sousa, Pedro Jorge Mendes Machado, Leila Meneses Dinis e Bruno César Félix Nogueira.-----

----- **O Sr. Presidente da Mesa** informou que, pelo facto de faltar o 1.º secretário, e como previa o regimento, este era substituído pelo 2.º secretário, tinha que ser eleito um membro da Assembleia para integrar a Mesa para que os trabalhos prosseguissem. O Sr. Presidente da Mesa questionou os Membros da Assembleia se alguém propunha candidatar-se ao lugar de 2.º Secretário. O Grupo do Partido Social Democrata propôs o nome de Sandra Isabel Ávila Galvão. Como não houve mais nenhum membro que se apresentasse a sufrágio, procedeu-se à eleição por escrutínio secreto. Feita a contagem, verificou-se que tinham dado entrada trinta e dois boletins de voto na urna, tantos quantos os membros presentes na Assembleia nessa altura, tendo pois, o referido membro, sido eleito por unanimidade, tomando desde logo o seu lugar na Mesa. -----

----- **ATA DA REUNIÃO DE VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA:** -----

----- **Submetida a votação, a Ata foi aprovada por maioria, com:** -----

----- **Vinte e oito votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Doze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Sandra Isabel Ávila Galvão, João Paulo Rocha Ávila, Lisandra Marina Barcelos Valadão, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Filipe Barcelos Rocha, Paulo Renato Rocha Ázera, Luís Carlos Duarte

Vieira, John Oliveira Borges, Paulo Rui Pacheco de Sousa, César Leandro da Costa Toste e Ana Margarida Vieira Branco; -----

----- **Três do CDS-PP** - Lucília de Fátima Toste Ávila, Diana Maria Nunes Simões e Valdemar Manuel Dias Toste; -----

----- **Doze do PS** - Maria de Fátima Alves Homem, Ricardo António Ferraz da Rosa, Valter Manuel Linhares Peres, Carina Marlene Pires Dias, Daniela Leal de Andrade, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Eulalia Ferreira Toste Leal, Simão Pedro Meneses Fonseca, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Bruno Narciso Meneses Lopes e António Manuel Mendonça Borges;-----

----- **Um do GCE** - Bruno Manuel de Aguiar Borges. -----

----- **Quatro abstenções, nomeadamente:** -----

----- **Uma do PPD/PSD** – Maria Judite Gomes Parreira; -----

----- **Dois do PS** - Marco Aurélio Ferreira Toste e Alice de Lima Enes; -----

----- **Uma do GCE** – Rita Lemos Borges. -----

----- **ATA DA REUNIÃO DE DOZE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA:** -----

----- **Submetida a votação, a Ata foi aprovada por maioria, com:** -----

----- **Vinte e seis votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Treze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Sandra Isabel Ávila Galvão, João Paulo Rocha Ávila, Lisandra Marina Barcelos Valadão, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Filipe Barcelos Rocha, Paulo Renato Rocha Ázera, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Paulo Rui Pacheco de Sousa, César Leandro da Costa Toste e Ana Margarida Vieira Branco;-----

----- **Três do CDS-PP** - Lucília de Fátima Toste Ávila, Diana Maria Nunes Simões e Valdemar Manuel Dias Toste; -----

----- **Dez do PS** - Maria de Fátima Alves Homem, Ricardo António Ferraz da Rosa, Carina Marlene Pires Dias, Daniela Leal de Andrade, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Eulalia Ferreira Toste Leal, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Bruno Narciso Meneses Lopes e António Manuel Mendonça Borges; -----

----- **Seis abstenções, nomeadamente:** -----

----- **Quatro do PS** - Valter Manuel Linhares Peres, Simão Pedro Meneses Fonseca, Marco Aurélio Ferreira Toste e Alice de Lima Enes; -----

----- **Dois do GCE** – Rita Lemos Borges e Bruno Manuel de Aguiar Borges. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Foram apresentados os seguintes votos: -----

----- **Pelo Grupo do PPD/PSD:** -----

----- Voto de Pesar, pelo falecimento de Eduardo Correia, lido pela Deputada Maria Judite Parreira.-----

----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e disse que a bancada do CDS-PP se associava ao voto.-----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto apresentado foi aprovado por unanimidade.** ----

----- **Pelo Grupo do PS:** -----

----- Voto de Protesto, relativamente ao estado de abandono e degradação a que foi votada a zona balnear das Escaleras, freguesia de Vila Nova, lido pela Deputada Alice Enes. - -----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** interveio para informar que a bancada do PPD/PSD se ia abster na votação do voto apresentado, tendo em conta que aquela não era a única zona balnear que não tinha nadador salvador; que apesar de ser do conhecimento que havia mais a fazer, tinha sido feito alguma intervenção na zona, mas não era possível dar tudo a todos ao mesmo tempo; que não era culpa da Câmara Municipal o concurso ter ficado deserto e que a Junta de Freguesia também poderia ter feito algo para conseguir interessados ao mesmo. Concluiu, repetindo a intenção de voto e disse que embora reconhecessem que ainda havia trabalho a ser feito, não podiam ser injustos ao ponto de dizer que nada tinha sido feito.-----

----- **O Deputado José Laranjo** usou da palavra e disse que, naturalmente, a bancada do PS ia votar favoravelmente o seu voto. Questionou o porquê de não ter sido utilizada a mesma política do ano passado para se conseguir cobrir todas as zonas balneares com nadadores salvadores. Disse que lhe causava confusão a Deputada Mara Judite Parreira dizer, naquela altura do campeonato, que não se podia atender a tudo e a todos ao mesmo tempo e disse que a situação do teto certamente já estaria identificada há imenso tempo e, do que sabiam, tinha sido uma intervenção feita à presa, limitada ao teto e estando no último ano do mandato mais já podia ter sido feito ao longo desse período. Questionou, ainda, quais os critérios para distribuição de nadadores salvadores pelas diferentes zonas balneares, pois o que muitas vezes assistiam era a um enorme desconhecimento de quais as zonas balneares mais perigosas e que necessitavam mais de vigilância. Relativamente ao concurso ter ficado deserto, disse que se o mesmo tivesse sido lançado mais cedo, se calhar a situação teria sido ultrapassada e alertou para aquela não ser uma responsabilidade da Junta de Freguesia.-----

----- **A Deputada Alice Enes** interveio e disse que tudo o que a Junta de Freguesia da Vila Nova vinha fazendo era um investimento, dentro das suas competências, na zona balnear em causa, mas o bar era-lhes impossível intervir. Relembrou que aquela era uma situação que se arrastava há mais de quatro anos, mas quem estava a governar, já o estava a fazer há quatro anos e, enquanto vilanovense e representante destes, parecia-lhe justo exigir alguns esclarecimentos. Posto isso, informou que o Sr. Presidente de Junta de Freguesia tinha incitado alguns esforços no sentido de conseguir alguém que

explorasse o bar, mas sem sucesso devido às péssimas condições do mesmo. Relativamente aos vinte e quatro mil euros da intervenção no teto, questionou se o mesmo englobava mais alguma coisa para além disso e se, pelo menos, as casas de banho estariam a funcionar. Por fim, disse que queria respostas para dar aos vilanovenses, não estava a acusar ninguém, mas precisava das mesmas, do que ainda era possível no corrente ano.-----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** usou da palavra e lembrou a Deputada Alice Enes que a Sra. Presidente da Câmara não podia intervir na discussão dos Votos, mas que certamente lhe daria as respetivas respostas no ponto dois da Ordem de Trabalhos. Dirigiu-se ao Deputado José Laranjo, lembrando que havia dito, relativamente aos nadadores salvadores, que este ano não tinha corrido tão bem porque não havia locais e os de fora não quiseram vir, tal como tinha dito que os critérios tinham sido em conjunto com a Polícia Marítima e com os Bombeiros. Quanto às obras, concordou que esta questão já vinha do passado, por isso, tinha sido muito mais fácil e barato acudir às mesmas quando as necessidades eram menores, mas o investimento tinha sido feito, na altura possível para tal.-----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e disse ser verdade que a necessidade de intervenção no espaço em discussão se arrastava há mais de quatro anos, que já podia ter sido feito, mas que também era verdade que estavam a chegar ao final do mandato e tudo o que era necessário fazer, já deveria ter sido feito anteriormente, por isso, questionou o que aquele executivo estava ali a fazer. -----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** usou da palavra e disse que gostaria de mostrar o seu profundo agrado relativamente à apresentação feita pela representante da Junta de Freguesia da Vila Nova, quanto à situação da sua freguesia. Referiu que, naquele momento o que deveriam fazer era propor à Câmara Municipal que tivesse a máxima atenção para a abertura e disponibilidade das instalações, as condições em que se anunciava e publicava o concurso público para a concessão do espaço, bem como a verificação do seu cumprimento, a monitorização dos seus resultados e o alcance dos seus objetivos. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido a votação, o voto foi aprovado por maioria, com:**-----

----- **Dezasseis votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Catorze do PS** - Maria de Fátima Alves Homem, Ricardo António Ferraz da Rosa, Valter Manuel Linhares Peres, Carina Marlene Pires Dias, Daniela Leal de Andrade, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Eulalia Ferreira Toste Leal, Simão Pedro Meneses Fonseca, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Bruno Narciso Meneses Lopes, António Manuel Mendonça Borges, Marco Aurélio Ferreira Toste e Alice de Lima Enes;-----

----- **Dois do GCE** – Rita Lemos Borges e Bruno Manuel de Aguiar Borges. -----

----- **Quinze abstenções, nomeadamente:** -----

----- **Doze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Sandra Isabel Ávila Galvão, João Paulo Rocha Ávila, Lisandra Marina Barcelos Valadão, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Filipe Barcelos Rocha, Luís Carlos Duarte

Vieira, John Oliveira Borges, Paulo Rui Pacheco de Sousa, César Leandro da Costa Toste e Ana Margarida Vieira Branco; -----

----- **Três do CDS-PP** - Lucília de Fátima Toste Ávila, Diana Maria Nunes Simões e Valdemar Manuel Dias Toste.-----

----- **Um voto contra do PPD/PSD** - Paulo Renato Rocha Ázera.-----

----- **A Deputada Diana Simões** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “O Grupo Municipal do CDS-PP absteve-se nesta votação porque, em primeiro lugar, nós não temos a informação relativa àqueles que foram os critérios para a definição por parte da Câmara, dos Bombeiros e da Polícia Marítima para aquelas que são as praias vigiadas e as não vigiadas, portanto, acho que é importante, mais à frente, no momento certo nós ficarmos com esta informação e creio que, muito certamente, a Câmara da Praia da Vitória, aliás já falamos nesse assunto há já algum tempo, noutras Assembleias, relativamente às obras da escola da Vila Nova. Penso que a Câmara tem uma listagem daqueles locais que são prioritários para a sua manutenção e, tendo em conta o estado de todos os edifícios camarários ou que estão à responsabilidade da Câmara, penso que ela própria deverá ter essa informação, que mais á frente nos poderá dar, em que não é só a Zona Balnear dos Biscoitos que deve estar com necessidade de manutenção, são todos os restantes edifícios do Concelho da Praia da Vitória. Acho que é importante haver estas prioridades, claro que sim, que tem todo um impacto na freguesia, todo um impacto na sua população, mas também todos os outros edifícios têm impacto nas suas freguesias e nas suas populações, daí a nossa orientação de voto.” -----

----- **Pelo Grupo do PPD/PSD:** -----

----- Voto de Louvor, à atleta Júlia Leal, lido pela Deputada Lisandra Valadão.-----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto.-----

----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e disse que a bancada do CDS-PP se associava ao voto.-----

----- **A Deputada Rita Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Pelo Grupo do PS:** -----

----- Voto de Congratulação, ao Grupo Desportivo das Fontinhas, pelo seu quinquagésimo aniversário, lido pelo Deputado Simão Fonseca.-----

----- **O Deputado João Paulo Ávila** usou da palavra e disse que a bancada do PPD/PSD se associava ao voto.-----

----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e disse que a bancada do CDS-PP se associava ao voto.-----

----- **A Deputada Rita Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto.-----

----- **O Deputado Paulo Sousa** usou da palavra e disse que, como Presidente da Junta de Freguesia das Fontinhas, se associava ao voto.-----

----- **Submetido à votação, o voto apresentado foi aprovado por unanimidade** -----

----- **Pelo Grupo do PS:** -----

----- Voto de Congratulação, ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, pela conquista do título de Campeã Nacional da I Divisão de Ténis de Mesa, lido pela Deputada Daniela Andrade.-----

----- **A Deputada Rita Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Pelo Grupo do PPD/PSD:** -----

----- Voto de Congratulação, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e à Câmara Municipal da Praia da Vitória, pela exemplar organização e realização das comemorações do Dia dos Açores na Praia da Vitória, no passado dia vinte de maio de dois mil e vinte e cinco, lido pelo Deputado Filipe Rocha.-----

----- **O Deputado José Laranjo** usou da palavra e disse a bancada do PS se associava ao voto.-----

----- **A Deputada Lucília Ávila** usou da palavra e disse a bancada do CDS-PP se associava ao voto.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Pelo Grupo do PS:** -----

----- Voto de Congratulação, ao Grupo Desportivo e Recreativo da Aqualva, pelos seus cinquenta anos, lido pela Deputada Eulália Leal.-----

----- **O Deputado João Paulo Ávila** usou da palavra e disse a bancada do PPD/PSD se associava ao voto.-----

----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e disse a bancada do CDS-PP se associava ao voto.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.**-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Pelas dez horas e cinquenta minutos iniciou-se o período da Ordem do Dia.-----

----- **1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

----- **A Sra. Catarina de Fátima Lima Rocha,** [REDACTED]

[REDACTED] interveio, enquanto Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Praia da Vitória, para esclarecer o que se estava a passar com a mesma. Informou que, em prol do bom funcionamento da Comissão e mediante reunião e deliberação da mesma, tinha sido aprovado que as portas estariam encerradas para, única e exclusivamente, atendimento ao público, pois continuava a desempenhar as suas funções, isto é, a Comissão continuava a funcionar, continuava a ser salvaguardada a promoção e proteção dos direitos da criança no concelho da Praia da Vitória. Concluiu dizendo que a Comissão em causa não era uma entidade política e que não era intenção da mesma que aquela decisão atingisse os patamares políticos que atingiu.-----

----- **O Deputado Filipe Rocha** usou da palavra e disse que tinha aquela questão para colocar no ponto dois da Ordem de Trabalhos e questionou se, tendo em conta a anterior intervenção, se a colocava naquele momento ou no referido ponto.-----

----- **O Presidente da Mesa** respondeu que o mais indicado seria no ponto dois da Ordem de Trabalhos.-----

----- **2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO DE 11 DE ABRIL A 12 DE JUNHO DE 2025.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Filipe Rocha** solicitou mais esclarecimentos sobre o que se estava a passar com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Praia da Vitória para que esta se tivesse tornado num caso político.-----

----- **A Deputada Diana Simões** colocou algumas questões:-----

----- 1ª Questão - como tinha corrido o arranque da época balnear;-----

----- 2ª Questão - quais as zonas balneares que estavam por cobrir;-----

----- 3ª Questão – que critérios eram usados na escolha das zonas vigiadas e não vigiadas.-----

----- **O Deputado António Borges** iniciou a sua intervenção dizendo que, relativamente às placas toponímicas eram da responsabilidade das Juntas de Freguesia, o que vinha contradizer todos os anteriores capítulos relacionados com o assunto. De seguida questionou:-----

----- 1ª Questão – qual o prazo previsto para a conclusão da obra na Rua Padre Damião;-----

----- 2ª Questão – se havia alguma coisa prevista para a Rua da Califórnia, bem como para a Canada dos Pastos, o Caminho do Facho, Beira e Ouvidor;-----

----- De seguida, chamou a atenção para a falta de sinalização de saída de Stop no Caminho por detrás do Império das Tronqueiras; a necessidade de sinal de proibição de estacionamento no Beco D. Beatriz; e as péssimas condições de vários sinais de trânsito.

----- Concluiu lamentando que todas as informações que eram solicitadas, através de qualquer meio, ou não eram respondidas ou o tempo de resposta às mesmas era demasiado, por isso, era bom que a situação fosse revista.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal**, respondeu ao Deputado Filipe Rocha dizendo que, efetivamente tinham tido o constrangimento com a saída de um assistente técnico e que desde esse momento o Município se tinha proposto a reposição na carreira de duas assistentes operacionais, para que pudessem passar a assistentes técnicas e assim assumir um daqueles lugares que estaria a descoberto. Relembrou que aquela situação tinha que cumprir os seus trâmites legais e, perante a aproximação de poderem cumprir com a referida afetação, a CPCJ tinha entendido que num curto prazo fecharia ao atendimento, tendo cumprido com todos os atendimentos agendados. Informou que a alocação da referida funcionária ia acontecer no início de julho e que tudo estava devidamente concertado com a Comissão e a própria Presidente da mesma tinha entendido dar conhecimento de que o encerramento para atendimento seria durante um período de tempo, mas achava que a forma como a mensagem tinha acabado por ser passada, levou a que houvesse aproveitamento político de uma coisa que não tinha acontecido. -----

----- Relativamente às questões colocadas pela Deputada Diana Simões, respondeu que: --- -----

----- 1ª e 2ª Questão – tinha sido devidamente planeado, à semelhança de todos os anos anteriores, começando por um investimento de cento e sessenta mil euros, devidamente estimado de forma a terem condição financeira de cobrir todas as zonas balneares do concelho, inclusivamente os Lagadoros que abriam pela primeira vez. Acrescentou que, a Câmara Municipal ao ter como parceira a Associação de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória e ao aloucar exatamente o mesmo investimento, nunca tinha tido como intenção deixar a descoberto qualquer zona balnear, mas perante o número de jovens que recorreram a formação, nem todos tinham ficado aptos a exercer as respetivas funções, por isso, não tinha sido possível cobrir todas as zonas, sendo que dos contatos feitos com o exterior, apenas tinham contratualizado com dois nadadores. Disse que aquele era um constrangimento que não estava a ser vivido apenas na Região. Referiu que, no corrente ano não tinha sido possível ter o máximo de nadadores distribuídos pelo concelho, não por falta de investimento, mas por falta de disponibilidade dos nadadores, restando apelar ao bom senso dos jovens para que pudessem assumir aquelas funções. -----

----- 3ª Questão – todas as zonas que tinham estado cobertas no ano passado tinham sido alvo de estatísticas, para que pudessem ter noção da afluência e do número de ocorrências em cada uma delas e, perante essa ponderação obrigatória, tinham sido aquelas as zonas balneares que entenderam privilegiar, de forma concertada com todas as entidades competentes. Informou que os contatos continuavam a ser encetados, para que até ao final de época balnear pudessem ter oportunidade de receber novos nadadores e distribuir os mesmos, à semelhança do que já havia sido feito noutros anos. Referiu que, quando se dizia que havia um desleixo e um desinvestimento por parte da Câmara, não lhe parecia correto, porque desde o momento que a Câmara Municipal fazia o investimento na candidatura de todas as bandeiras azuis, a todos os espaços municipais que tinha à sua responsabilidade, era na tentativa de poder hastear as mesmas, perante as condições acauteladas com os nadadores salvadores, por isso, havia

aquele constrangimento, pois não era possível hastear as referidas bandeiras, devido à ausência de nadadores salvadores. Relativamente às obras de requalificação dos espaços, disse que ao longo dos vários anos tinham vindo a fazer algumas obras nos espaços municipais, mas não se podia fazer em todos ao mesmo tempo e muitos careciam de intervenções mais profundas do que outros e relembrou que já tinham anunciado que no corrente ano seria feita uma intervenção na Prainha, que era uma das situações mais deficitárias do concelho, sendo que não tinham deixado de fazer investimentos, embora de valores mais baixos, em todas as zonas balneares, inclusivamente na freguesia da Vila Nova. Disse ser verdade que as Escaleiras não vinham sendo privilegiadas com melhor serviço, mas que a Câmara Municipal fez um reajuste ao caderno de encargos para que pudesse se tornar num elemento de maior atração e que fez contatos com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia para tentar saber se havia interessados. Acrescentou que os melhoramentos vinham sendo feitos, mediante as condições avaliadas por cada uma das equipas e perante a ponderação de investimento possível de realizar. Disse que o que lhes era referenciado, desde o momento que encerravam o contrato, não era a falta de condições do espaço, mas sim a fraca afluência de pessoas ao bar. Quanto às condições dos balneários, informou que ainda havia situações mais graves no concelho e, por isso, a ponderação seria sempre para poderem fazer o melhoramento de todas aquelas estruturas. Referiu que tinha sido feito contato com a Junta de Freguesia para se perceber se havia disponibilidade da mesma, na abertura e fecho dos balneários, uma vez que não havia concessionário, ou se, como não tinha havido nenhuma candidatura, na freguesia estariam disponíveis, cumprindo o caderno de encargos, para assumir aquelas funções. Quanto à calendarização para intervenção, disse que mesmo com dificuldade financeira, ao longo daqueles anos tinham reabilitado vários espaços e podiam ver e comprovar um investimento que já não era feito há muito tempo. Relembrou que não podiam obrigar ninguém a explorar qualquer tipo de espaço, mas estavam disponíveis, e a vereação já tinha entrado em contato com o Sr. Presidente de Junta de Freguesia, para tentar perceber o que se podia fazer para minimizar a situação que estava a ser vivida na Vila Nova.- -----

----- Relativamente à intervenção do Deputado António Borges, disse que se este não queria falar sobre as placas toponímicas, também não o ia fazer, até porque estas entroncavam com os sinais de trânsito, em que havia uma responsabilidade da Junta de Freguesia de fazer essa identificação e alguma reposição, à semelhança de muitas outras Juntas de Freguesia que lhes faziam chegar essa informação e, de forma organizada, iam conseguindo chegar à referida matéria. Acrescentou que as decisões de colocações até podiam passar pela Junta de Freguesia, mas as decisões de nomes de ruas prendiam-se com a decisão da Presidente de Câmara. Quanto às situações de pavimentações informou que tinham muitas identificadas ao longo de todas as freguesias, que no corrente ano não tinham conseguido adjudicar uma empreitada para tal, mas iam iniciar, muito em breve, aquela que tinha sido a candidatura às sobras de estrada. -----

----- **O Deputado Marco Toste** usou da palavra e questionou sobre a requalificação da Rua do Cavaco, freguesia de São Brás e se havia algum desenvolvimento nas intervenções na Rua da Gorgita e na Rua Padre Abílio.-----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e questionou quantas zonas balneares tinham nadadores salvadores e quantas não tinham.-----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** usou da palavra e disse que, em relação à CPCJ não via o porquê de não se tratar de uma questão política e porque se dizia que estava a haver aproveitamento político, mas isso talvez fosse entendido por quem não sabia o que era política, mas política era precisamente o exercício de uma atividade que defendia os interesses da comunidade e, portanto, em todos os aspetos podia haver atividade política fosse de que matéria fosse, desde que do interesse das comunidades e das sociedades em geral. Na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz e relativamente ao Plano Municipal de Manutenção das Vias e Acessibilidades Concelhias, sugeriu/propôs que o mesmo fosse enviado a todas as bancadas daquela Assembleia, à semelhança do que tinha acontecido com a bancada do PS, para que todos pudessem perceber do que se trata e qual o seu conteúdo. Quanto à recomendação, feita na última Assembleia, para que a Câmara Municipal criasse o seu Plano Municipal de Segurança Rodoviária, questionou o ponto de situação da mesma.---

----- **O Presidente da Mesa** interveio e disse que ia confirmar com os serviços camarários se o referido plano tinha sido entregue a todos os líderes das bancadas municipais, porque era prática dar-se conhecimento a estes de todas as respostas a requerimentos feitos àquele órgão.-----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** reforçou que era pertinente fazer o Plano, porque era um excelente instrumento de gestão que permitia verificar várias lacunas e seria muito melhor para a Câmara Municipal se o tivesse.-----

----- **O Presidente da Mesa** alertou para o facto de estarem a falar de duas coisas, ou seja, uma era a intervenção nas estradas, em que tinha sido feito o requerimento e a outra era a questão colocada naquela sessão da Assembleia.-----

----- **O Deputado António Borges** interveio e sugeriu que fosse enviado àquela Assembleia os critérios para atribuição de nadadores salvadores, para que pudessem tomar conhecimento. De seguida, lembrou que tinha solicitado à Câmara Municipal o envio do cadastro de toda a sinalização existente na freguesia de Santa Cruz, para poder tomar posições, mas isso nunca tinha acontecido, sendo que, á semelhança disso, havia vários ofícios e e-mail que nunca tinham obtido respostas, o que não respeitava a lei.----

----- **O Vereador Marco Meneses** respondeu ao Deputado Marco Toste dizendo que, em relação à Canada do Cavaco, a intervenção já se tinha iniciado e, naquele momento, estavam a fazer um muro de contenção na zona da ribeira para que depois se pudesse alcatroar o espaço em si e para que ficasse com mais segurança. Em relação à Canada da Gorgita, informou que o empreiteiro não tinha o material suficiente na ilha, mas tinham a informação que o mesmo estava a chegar e tudo indicava que no decorrer daquele mês se daria início à obra.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal**, continuou a responder ao Deputado Marco Toste dizendo que no caso da Rua Padre Abílio, se prendia com o poço

sumidouro, que estava pendente da colaboração de um individuo que se facilitasse perante um pequeno poço já existente, poderia facilitar e muito a intervenção da Câmara, ou seja, ainda estava a haver uma sensibilização nesse sentido. Quanto à Rua do Cavaco, disse que havia alguma preocupação e, por isso também, fase a tudo estar preparado para a asfaltagem, obrigava-os a um pouco mais de investimento, mas parecia-lhe que com o muro de contenção tornaria a situação mais segura e na iminência de mais alguma enxurrada, daria mais segurança, não só aos moradores, mas à própria asfaltagem para que esta não levantasse com tanta facilidade. -----

----- Continuou a sua intervenção, respondendo ao Deputado Valter Peres, que tinham cobertas a zona da Prainha, a Praia Grande e os Biscoitos, com a possibilidade de no início do mês de julho vir a cobrir mais alguma zona. Acrescentou que tinha existido um investimento na zona da Caldeira, mas ainda não tinham feito a respetiva ponderação, ou seja, independentemente do investimento feito tinham sempre receio de algum vandalismo ou que as pessoas fizessem utilização do espaço sem vigilância e, por isso, iam fazer toda a avaliação, conjuntamente com as restantes entidades competentes, pelo que poderiam vir a ter mais uma zona coberta, já no início de julho. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Deputado António Borges, disse que não havendo ali informação sobre o pedido em causa, iam pedir aos serviços para saber onde se encontrava o mesmo. -----

----- Relativamente às considerações colocadas pelo Deputado Ricardo Rosa, disse que o pedido apresentado na última Assembleia era um assunto muito pertinente e que se havia algo que entendia que deviam tirar daquelas Assembleias eram aqueles contributos positivos, para que pudessem evoluir, mas aquele ia ser um trabalho árduo e muito minucioso e que não podia ser feito de ânimo leve. Informou que ia pedir que fosse diligenciada uma reunião para que, em conjunto, pudessem avaliar a proposta apresentada e perceber a forma como podia ser documentada, para depois ser validada juridicamente e aplicada. -----

----- **A Deputada Rita Borges** questionou se a Rua do Poço, Vila das Lajes, ia sofrer alteração de denominação. -----

----- **O Deputado Simão Fonseca** interveio para informar, de forma formal, a Assembleia Municipal da situação grave ocorrida no corrente mês no Conselho Municipal de Juventude da Praia da Vitória, que finalmente tinha reunido. Continuou dizendo que nessa reunião tinha sido submetido e aprovado o Plano de Atividades do Conselho Municipal de Juventude da Praia da Vitória que para além de não ter conteúdo e de ter sido aprovado a meio de junho, aquele não era o real problema porque um dos pontos centrais do Plano era a realização do orçamento participativo municipal de juventude para dois mil e vinte e cinco, contudo, durante a própria reunião e antes da votação do Plano, tinha sido questionado ao Sr. Presidente do Conselho em causa, sobre o orçamento ao que ele reconheceu, com frontalidade, que o mesmo não seria possível executar, ou seja, tinha sido levado a votação e aprovado um Plano que incluía uma medida que não seria concretizada e que já era do conhecimento do executivo. Posto isso, questionou como era possível que aquilo acontecesse e, depois da tomada de

conhecimento daquele órgão, qual era a posição da Câmara Municipal da Praia da Vitória, perante aquela situação. -----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e sobre os nadadores salvadores disse que, aparentemente, a culpa nunca era de ninguém, a responsabilidade nunca era assumida. Relembrou que, nos últimos quatro anos a Câmara de Angra tinha conseguido sempre a totalidade de nadadores salvadores para as suas zonas balneares e a Praia da Vitória, ano sim, ano não continuava com problemas. Concluiu dizendo que gostava que, futuramente houvesse uma solução, pois era para isso que existiam os executivos e apenas três zonas cobertas era ofensivo e os praienses mereciam mais. -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** interveio e disse que, relativamente à CPCJ, a situação em causa poderia ter sido evitada, tinha sido mal trabalhado ao nível dos recursos humanos, ou seja, tinham dispensado a pessoa sem acautelar que havia outra para a substituir. Reforçou que tinha sido mal trabalhado, para mais considerando a génese da CPCJ, isto é, era muito grave ter uma porta fechada para o atendimento ao público, o que não se justificava e que podia ter sido resolvido atempadamente. De seguida colocou algumas questões:-----

----- 1ª Questão – quanto ao PRR, no âmbito do Primeiro Direito, como estavam de aprovação de candidaturas e de taxas de execução;-----

----- 2ª Questão – qual o ponto de situação das candidaturas ao PO2030;-----

----- 3ª Questão – tendo em conta que naquele dia terminava o prazo para entrega de candidaturas para concessão do ATL do Porto Martins, gostava de saber se tinham tido outras propostas. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu à Deputada Rita Borges dizendo que tinham conhecimento do pedido de alteração do nome de uma rua na Vila das Lajes, que a situação estava a ser trabalhada na Assembleia de Freguesia, mas nunca tinha chegado qualquer tipo de pedido à Câmara Municipal, por isso, esta só se pronunciaria depois da avaliação da Assembleia de Freguesia. -----

----- Relativamente às considerações do Deputado Simão Fonseca, disse que efetivamente tinham algumas fragilidades em relação ao Conselho Municipal de Juventude, mas mesmo assim, ao longo daqueles quase quatro anos, tinha reunido bastantes mais vezes do que alguma vez tinha reunido com executivos do PS, ou seja, havia uma grande tentativa para ativar o referido Conselho, com fragilidades, com aprendizagens mútuas e, por isso mesmo, a mensagem podia não ter passado da melhor, mas o que era certo era que um orçamento participativo obrigava a uma regulamentação, mas essa não existia, isto é, para haver uma proposta tinha que haver um regulamento aprovado para depois a mesma ser colocada em execução e o que tinha que ser feito, durante o corrente ano, era a preparação dessa regulamentação para que as propostas que pudessem vir a ser acolhidas, pudessem estar devidamente inscritas no orçamento do ano seguinte. Confessou que, infelizmente ainda não tinham conseguido chegar àquela regulamentação e isso estava a ser prejudicial para que o Conselho Municipal de Juventude pudesse pôr as suas ideias em prática e tirar benefícios para o concelho e, essencialmente para os seus jovens. Disse que havia o compromisso daquele

executivo para que a referida regulamentação fosse acautelada e aquela situação fosse ultrapassada. -----

----- Ainda a **Presidente da Câmara Municipal** e relativamente à intervenção do Deputado Valter Peres, disse que este tinha falado em “incapacidade”, mas tal como já tinha informado tinham alocado, à semelhança do ano anterior, no orçamento o valor de cento e sessenta mil euros para garantir a total cobertura das zonas balneares e, nesse sentido, seria incapacidade se não o tivessem feito. Relembrou que este também tinha falado no concelho vizinho e aí entrava novamente a palavra incapacidade, ou seja, se calhar ainda não estavam no grau de capacidade que o concelho vizinho estava, pois este tinha uma capacidade financeira para contratar aquelas pessoas, não só para exercerem as funções de nadadores salvadores, durante a época balnear, como depois as transportar noutras funções, ao abrigo de regulamentos, protocolos, etc., portanto, havia aquela diferenciação. Posto isso, questionou se o Deputado Valter Peres sabia de jovens socialistas que se tivessem proposto a fazer formação para nadadores salvadores e se na reunião do Conselho Municipal de Juventude tinham falado naquela matéria, pois era importante sensibilizar os jovens para a mesma. Alertou para o facto de todos terem que trabalhar a bem de ultrapassar aquela situação, que tinha que haver uma resposta e uma sensibilização de que havia aquela necessidade. Concluiu dizendo que o trabalho tinha sido feito e que se fossem acusados de não ter alocado valor suficiente para suportar as despesas de todos os jovens seria preocupante, mas isso não tinha acontecido e não poderiam fazer mais do que aquilo que tinha sido feito. -----

----- Quanto à intervenção da Deputada Maria de Fátima Homem, referiu que havia muita coisa que podia ser evitada, tinha que ser trabalhada de forma atempada e com um nível de sensibilidade face àquela que era a pessoa que pretendiam alocar à estrutura em causa. Informou que, o que tinha acontecido tinha sido um *e-mail* interno a referenciar o fecho, por um período de dias, para reorganização dos serviços e tinha sido perante isso que tinham tirado proveito para gerar mediatismo e se as coisas estavam a ser trabalhadas com o Município, não tinha sido este o gerador desse mediatismo. Acrescentou que se havia algo que vinha a correr muito bem e de que não havia qualquer referência, era a CPCJ da Praia da Vitória. De seguida, respondeu às questões colocadas pela mesma Deputada dizendo que: -----

----- 3ª Questão – o ATL do Porto Martins ainda não tinha fechado, podendo ser aquele o último dia. Disse que ainda estava a decorrer o período de observação das propostas entregues, que depois disso os relatórios seriam remetidos ao executivo para terem conhecimento de quais aqueles que tinham condições para assumir a concessão.---

----- 1ª e 2ª Questão – como sabiam a primeira candidatura submetida e aprovada ao Quadro Comunitário tinha sido a escola da Vila Nova, tinha o seu processo a decorrer, a contratação pública estava fechada e muito em breve também teriam a oportunidade de perceber a aceitação de empreiteiros que pudessem garantir a respetiva execução. Acrescentou que, a par disso, tudo estava alinhado para darem término ao Centro Pastoral e ia entrar em contato com o Sr. Padre ██████████ para diligenciar aquela situação e, perante a oportunidade do empreiteiro começar a obra, terem a oportunidade de aproveitar o interregno, que era isso a que se tinham comprometido. Relativamente a

outras candidaturas, informou que tinham aprovada parte da candidatura da proteção e conservação da natureza e biodiversidade, tendo sido unicamente elegível o restauro da zona húmida do Paul do Belo Jardim, bem como a aquisição de um sistema de bombagem para o Paul da Praia da Vitória. Referiu que aquela candidatura tinha sido aprovada no final da última semana e iam começar a diligenciar a contratação pública para também a poder pôr em marcha. Relativamente ao PRR, mencionou que tinham pedido para converter as candidaturas do PRR Primeiro Direito, considerando que tinham ficado de fora por falta de maturidade, e estava em análise a respetiva conversão, sendo que não deveriam ficar prejudicados de forma a não alcançarem algum tipo de apoio e o que era estimado era um apoio, garantindo a execução até vinte e seis, de cem por cento, mas desde o momento que pudesse ser executado nos anos seguintes, ia havendo uma diminuição dessa percentagem. Disse que iam acautelar para que no próximo orçamento voltasse a ficar devidamente assegurado, sendo que sabiam que o Governo Regional ia dar uma compensação aos Municípios que não conseguissem os cem por cento do financiamento. Relembrou que a par das candidaturas para reabilitação, também se tinham candidatado a aquisições, tendo conseguido efetivar quatro aquisições, das quais ainda não tinham tido qualquer *feed back* relativamente a esse financiamento. Concluiu dizendo que estavam a fazer tudo de forma muito cautelosa e sempre articulados com o gestor do processo, dentro da candidatura do PRR, e estavam expectantes que dentro do pouco que tinha sido candidatado, que eram os bairros da Serra de Santiago com os devidos projetos já terminados, com a correção que estavam a fazer ao Bairro de Santa Rita, sempre na expectativa de que o programa estando aberto, podiam ir introduzindo todas essas oportunidades e perceber se podiam ser devidamente avaliadas de forma favorável.-----

----- **O Deputado Osvaldo Sousa** iniciou a sua intervenção dando as boas vindas a todos à freguesia do Cabo da Praia. De seguida, disse que ficava triste por a praia da Riviera não ser prendada com nadadores salvadores, uma vez que era uma praia acessível para quem necessitava de ter mais facilidade de chegar ao mar. Relativamente às mudanças dos serviços agrícolas no edifício multiusos da mesma freguesia, questionou em que ponto de situação estava essa matéria. De seguida, disse que gostava de confirmar se aquando da primeira reunião com o executivo camarário, uma das ideias apresentadas era dar continuidade ao projeto de fazer a exposição do liberalismo no Forte de Santa Catarina, onde lhes tinham dito que sim, que podiam avançar. Posto isso, referiu que para espanto do executivo da Junta de Freguesia, no ano passado tinham sido convidados para a inauguração do referido Forte, sem nunca terem tido sequer conhecimento de que estava a ser realizada essa situação, tendo inclusive sido tirada a chave de acesso ao mesmo, do qual, juntamente com a Liga dos Combatentes, faziam parte. - -----

----- **A Deputada Alice Enes** e ainda sobre a zona balnear das Escaleiras, deixou algumas considerações, ou seja, relativamente à exploração queria deixar claro que tinham sido feitos vários esforços, por parte do Presidente da Junta de Freguesia, no sentido de alguém proceder à exploração do mesmo, todavia nas condições em que estava isso tinha sido impossível, mesmo que a pagar apenas cento e vinte e cinco euros

mensais; em relação aos balneários, disse que tinha a certeza que o Presidente da Junta de Freguesia estaria disponível, ainda que deixava salvaguardado que tinham parcos recursos humanos; quanto aos vinte e quatro mil euros, questionou se estes tinham sido só para o teto. -----

----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e, enquanto conselheira do Conselho Municipal de Juventude da Praia da Vitória, disse que aquando da votação a favor do Plano Municipal para a Juventude de dois mil e vinte e cinco, o que lá dizia era “Criar e gerir o orçamento participativo municipal da juventude”, ou seja, se não votassem favoravelmente o mesmo, ele nem seria criado, por isso e apesar de ele não ser executado no corrente ano, era importante perceber em que consistia e de que forma ia funcionar, sendo que tudo isso tinha que acontecer previamente para depois haver um valor associado ao mesmo e a sua gestão. Por fim, questionou como ia ser feita a criação do regulamento em causa e se a Comissão Permanente do Conselho Municipal de Juventude da Praia da Vitória ia fazer parte dessa criação. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que, na sequência da intervenção da Sra. Presidente da Câmara Municipal sobre o trabalho realizado para tentar resolver a questão dos nadadores salvadores, a função do executivo camarário era exatamente essa, fazer tudo o que podia para resolver. De seguida, realçou o facto da Sra. Presidente da Câmara Municipal ter praticamente dito que as juntas de freguesia deviam criar uma empresa para gerir as zonas balneares e, posteriormente tinha dito, mais engraçado ainda, que os jovens de esquerda ou do PS é que iam resolver o problema dos nadadores salvadores, pois não era assim e não era tão grave, como era engraçado. -----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** usou da palavra e, dirigindo-se ao Deputado Valter Peres, disse que era certo que a Praia merecia mais, merecia tudo, mas isso não era possível, ou seja, não era possível dar tudo quando se queria. Acrescentou que, não era uma fatalidade, mas era uma inevitabilidade a questão dos nadadores salvadores, pois para os conseguir todos era preciso que a Praia da Vitória pudesse fazer face à despesa inerente, ultrapassando o orçamento de Angra do Heroísmo, ou seja, pagando mais aos seus nadadores, do que Angra do Heroísmo lhes pagava e, assim, talvez eles quisessem vir todos para a Praia da Vitória. Lembrou que se o atual executivo tivesse herdado uma situação confortável, como Angra do Heroísmo tinha, não teria aquele problema. Disse que atualmente não era tão fácil conseguir jovens para aquela tarefa, porque cada vez mais estes estavam a frequentar a universidade e, naquela altura estavam a preparar-se para exames e voltou a questionar se conheciam alguém que estivesse disponível para tal. Lembrou que estavam ali para escrutinar o trabalho da Câmara Municipal, mas também não estavam ali só para ser do contra ou a favor conforme lhes desse jeito, mas sim para dar sugestões, contributos para melhorar todos os serviços e se tinham alguma sugestão/solução sobre aquela matéria, certamente que a Câmara Municipal ia analisar e dar o melhor encaminhamento. -----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio para colocar duas questões: -----
----- 1ª Questão – para quando estava prevista a efetiva limpeza da zona urbana da Praia da Vitória: -----

-----2ª Questão – para quando o início da asfaltagem das sobras de estrada do concelho, onde se ia iniciar e terminar a mesma e quais os critérios para essa decisão.----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** usou da palavra e disse que, podiam concluir da intervenção da Deputada Maria Judite Parreira, que se não conseguiam nadadores salvadores, nem concessionários para os bares então iam criar um executivo sombra para fazer o trabalho que o Município não conseguia, pois isso era ridículo. Questionou, ainda, como estava a situação do PDM.-----

----- **O Deputado Valter Peres** dirigiu-se à Deputada Maria Judite Parreira dizendo que não lhe dava jeito nenhum votar a favor ou não, pois o que vinha ali fazer era defender os praienses e sempre que achasse que o devia fazer ia fazê-lo, quer se gostasse ou não. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal**, relativamente às questões colocadas pelo Deputado Osvaldo Sousa, disse que a intervenção, para os serviços agrários, já estava feita e estava devidamente conversada com estes de que enquanto não fizessem a devida alteração dos seus serviços, não era permitido que se fizesse a conciliação de todas as áreas. Quanto à questão do Forte de Santa Catarina, respondeu que era importante ouvir o Deputado Osvaldo Sousa falar sobre o assunto, bem como perceber que tinha levado todos aqueles meses para colocar aquela questão. Disse que todos os presidentes de junta tinham recebido convite para estar no Forte de Santa Catarina, tal como acontecia em tudo o que eram organizações municipais. Informou que era certo que, na referida reunião no início do mandato, o Deputado Osvaldo Sousa tinha falado no Forte de Santa Catarina e que nessa altura estavam a tentar perceber tudo o que eram contratualizações já existentes e projetos que pudessem estar a decorrer, mas a Liga dos Combatentes nunca tinha tido protocolo assinado, a não ser que o tivesse com a Junta de Freguesia, mas esta nunca tinha estado com a Direção Regional da Cultura em relação àquele imóvel, pois este era classificado e tinha dono/algum responsável por ele que era a referida Direção Regional. Informou que havia um protocolo, de dois mil e vinte, estabelecido entre a Direção Regional da Cultura e o anterior executivo, sendo que o que tinha sido feito tinha sido uma revisão ao mesmo, devido às suas características de imóvel classificado, teve que ser avaliado o que podia ou não ser feito e estabelecido um protocolo, que foi assinado em julho do ano passado, posteriormente com uma cerimónia em agosto, em que o Deputado em causa tinha tido oportunidade de estar presente, portanto, o cumprimento tinha sido generalizado a todos os presidentes de junta presentes, não ao Presidente de Junta do Cabo da Praia, porque este não tinha validado a sua presença e, em plenas Festas da Praia, perante o número de eventos que tinham, o Gabinete da Presidência orientava todos esses eventos e os cumprimentos mediante a confirmação de presença. Posto isso, disse que, assim, também ficava a resposta às considerações que o Deputado Osvaldo Sousa tinha colocado naquele dia, de não se sentir cumprimentado quando não tinha confirmado a sua presença no evento em causa. Informou que o que estava estabelecido no protocolo era que quem tinha a tutela do imóvel eram as duas entidades protocoladas, por isso, ninguém tinha tirado chave a ninguém. Disse que não tinha conhecimento da Junta de Freguesia do Cabo da Praia ter uma chave, que provavelmente os vereadores sabiam a forma como a mesma fazia uso

do imóvel. Acrescentou que era um edifício classificado, que estaria com sinaléticas de que pertencia aos Combatentes, mas que isso nunca tinha sido devidamente legitimado, porque isso não podia acontecer num edifício daquela natureza. De seguida, questionou o Deputado em causa se este alguma vez tinha sido contactado pela Direção Regional da Cultura para fazer um protocolo com a Junta de Freguesia e informou que no protocolo que tinha sido entregue ao atual executivo, as duas entidades que faziam parte do mesmo eram a Câmara Municipal e Direção Regional da Cultura.-----

----- Respondendo ao Deputado José Laranjo disse que as limpezas, referidas na Assembleia de abril, vinham sendo feitas, não estavam à espera daquela reunião para se proceder às mesmas. Referiu que o que se podia ver era, perante o estado do tempo, que as ervas continuavam a despoletar, não só na Praia da Vitória, mas ao longo de todos os espaços públicos. Disse que a zona urbana era, sem dúvida, uma preocupação e que o recurso a produtos ecológicos não tinha a mesma capacidade que os anteriormente utilizados, por isso, a sua aplicação era feita com maior frequência, porque o calor tinha chegado, mas o nível de humidade não permitia que tivessem as zonas todas limpas em simultâneo. Quanto às sobras de estrada, disse que o caderno de encargos e a contratualização estavam em ordem, já estava adjudicado à empresa e, perante a assinatura do contrato no início do próximo mês, a empresa estava a organizar-se para iniciar os trabalhos. Informou que a pretensão era iniciar pelas freguesias do interior, aquelas com menos sobras para serem repostas e depois partir para as extremidades e poder prosseguir com os trabalhos e dar resposta a todas as freguesias, pese embora na calendarização poderiam não conseguir fazê-lo até ao final do corrente ano. -----

----- Relativamente à questão colocada pela Deputada Maria de Fátima Homem disse que o PDM era uma matéria muito delicada e, por isso, perante todas as discussões e observações que vinham sendo feitas ao longo das Assembleias, era importante que se informasse as bancadas de que o trabalho vinha sendo sempre diligenciado, não era um trabalho que pudesse ser de resposta interna e, por isso, obrigava a que fosse adjudicado o serviço e assim poder estar concluído o quanto antes. Informou que a reserva ecológica já tinha sido entregue e a empresa já estava a trabalhar naquela matéria, tal como no cruzamento de todo o levantamento feito ao nível da rede viária, para emissão de relatórios e, posteriormente, poderem preparar o respetivo documento, para antes de ser colocado à discussão pública, ser presente a todas as Juntas de Freguesia de forma a verificarem o que foi contemplado em cada uma das freguesias e quais os arruamentos que poderiam vir a abrir. Concluiu dizendo que o trabalho estava a ser feito, com os atrasos que iam dando conhecimento naquele órgão, fase a documentos que não estavam afetos à Câmara Municipal, mas acreditavam que até ao final do ano podiam colocar o processo em causa a discussão pública. Relembrou, ainda, que em todos os orçamentos estava alocado valor para efetivar as despesas inerentes ao suporte que a empresa estava a dar naquela matéria e o que podiam dizer era que perante anos de anteriores executivos não tinham conseguido ver o andamento que estava a ser feito ao longo dos últimos quase quatro anos, por isso, acreditavam que até ao final do ano teriam aquele documento terminado, para uma última avaliação e posterior discussão pública. -----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** dirigiu-se ao Deputado Valter Peres e disse que a vitimização não lhe ficava bem, apesar de que o que tinha dito era que não estavam ali só para ser contra ou a favor, conforme desse jeito, não tinha usado o “...lher der jeito...”, pois não estava a falar para ninguém em específico, mas sim de forma geral. Relembrou que tinha pedido que dessem alguma sugestão, caso a tivessem, pois estavam ali também para isso, mas ninguém da bancada do PS o tinha feito, ou por falta de ideias, ou porque se contentavam em apontar os problemas mas nunca estavam disponíveis para apontar soluções. Concluiu dizendo que tinham que fazer parte da solução e, no caso da bancada do PS, fazer uma oposição construtiva, pois estavam ali pelo bem da Praia e era isso que os munícipes esperavam deles, para que a Praia fosse cada vez melhor. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **O Presidente da Mesa**, eram doze horas e cinquenta minutos, interveio e propôs que se fizesse um intervalo, para o almoço, o qual foi aceite. -----

----- Pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos reiniciaram-se os trabalhos. -----

----- **3. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA - ANO DE 2024.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Filipe Rocha** interveio e questionou, relativamente ao quadro vinte e seis – detalhe sobre fornecimentos de serviços externos, nas várias rúbricas designadas por “Outros” e atendendo aos valores das mesmas, se era possível concretizar/materializar as mesmas.-----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** usou da palavra para pedir esclarecimento sobre o quadro da nota vinte e oito, no detalhe dos gastos com pessoal, mais precisamente nas remunerações dos órgãos sociais e de gestão, que apresentavam um aumento substancial de dois mil e vinte e três para dois mil e vinte e quatro. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** começou por responder ao Deputado Filipe Rocha dizendo que aquelas eram rúbricas que acolhiam situações que vinham a transitar no âmbito da internalização e que ainda não estavam associadas a uma rúbrica específica. Acrescentou que, à medida que iam sendo feitas alterações orçamentais e todas as vezes que estes eram preparados já iam, tendo em conta a nova organização interna do Município, fazendo a distinção em cada uma das rúbricas de forma a poder ser mais específica. Relativamente à questão da Deputada Maria de Fátima Homem, disse que também se prendia com o processo da internalização, isto é, havia aquela evolução resultante do acolhimento dos funcionários, pese embora eram os órgãos sociais e de gestão, mas na verdade havia também a entrada não só da AGESPI, mas a situação que ia sendo recorrente perante o número de sessões, por exemplo, de uma Assembleia Municipal, todas as despesas inerentes à mesma ficavam associadas àquela rúbrica.-----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e perguntou à Sra. Presidente se esta confirmava que durante aquele mandato, a nível de IMT extraordinário, fora daquilo que era previsto, o Município tinha tido um encaixe de aproximadamente um milhão de euros, isto é quinhentos mil euros da venda do Golfe e quinhentos mil euros dos terrenos para a *Logislink* e se as transferências do Orçamento de Estado para o Município da Praia da Vitória tinham sido, e comparando com dois mil e vinte e um, em dois mil e vinte e três aproximadamente mais meio milhão de euros, em dois mil e vinte e quatro aproximadamente mais dois ponto três milhões e euros e em dois mil e vinte e cinco aproximadamente mais três milhões e oitocentos mil euros.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que estavam a avaliar o fecho de contas de dois mil e vinte e quatro, comparativamente aos valores de dois mil e vinte e três, por isso, não tinha os dados de dois mil e vinte e um, nem de dois mil e vinte e dois para que pudessem fazer a avaliação da evolução em causa. Referiu que era verdade que tinham tido a entrada de valores de IMT não esperados e que nas contas consolidadas de dois mil e vinte e três não havia a AGESPI, não havia a Praia em Movimento, nem a Sociedade para o desenvolvimento da Praia da Vitória, logo não podiam comparar exatamente da mesma forma. Disse que aquelas contas consolidadas se apresentavam com um formato diferente perante aquele que tinha sido o compromisso da internalização de todas aquelas entidades na esfera municipal.-----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e disse, posto isso, colocava a questão de outra forma, ou seja, relativamente ao IMT podiam depreender das palavras da Sra. Presidente que o que tinha dito era verdade e relativamente à segunda questão disse que se podia confirmar que todos os anos tinham aumentos consideráveis nas transferências do Orçamento de Estado.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o que o Deputado José Laranjo tinha dito era público, que o aumento de transferências do Governo da República para a Região estava a acontecer.-----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e disse que, posto isso, restava-lhe dizer que aquele executivo podia ter recebido uma pesada herança, mas também tinha recebido obras com alguma envergadura e que tinham beneficiado o concelho da Praia da Vitória, que eventualmente podiam ter sido cometidos alguns excessos, mas também não podia deixar de dizer que, pelo menos, o último executivo do PS não tinha tido os benefícios que o atual executivo estava a ter. Relembrou que, aquando do fecho de contas, na sessão de abril, tinha dito que só no ano de dois mil e vinte e quatro o atual executivo tinha recebido, para além daquilo que estava a contar, aproximadamente três milhões de euros e isso não lhe tinha sido negado e a prová-lo tinham as diferentes alterações feitas ao Plano e Orçamento daquele Município. Acrescentou que, estavam decorridos quase quatro anos e o que mais ouviam era falar na pesada herança/má gestão e que não se fazia porque não havia dinheiro, mas o que era certo era que se fizessem as contas como elas deveriam ser feitas, naqueles quatro anos o Município da Praia da Vitória tinha recebido, comparativamente a dois mil e vinte e um, aproximadamente mais seis ponto seis milhões de euros, provenientes do aumento das transferências do Estado e do IMI que não estava previsto, tal como acontecia, de forma

muito positiva, uma grande redução da dívida a fornecedores, que não tirava o mérito ao atual executivo, mas estavam a falar de um milhão e setecentos mil euros, o que para seis milhões e seiscentos mil era uma grande diferença. Além disso, disse que se vinha a verificar a redução da dívida, como era normal pagando as contas mensais e, posto isso, com aquele aumento de capital significativo, era impensável chegar a determinadas situações no concelho, como por exemplo a zona balnear das Escaleiras, e não se resolver. Relembrou o apoio dado à novela e disse saber do retorno deste, mas que era impensável isso acontecer e deixar-se instituições do concelho ao abandono, como era o caso do Grupo de Jovens da Fonte do Bastardo, que chegou à situação que chegou devido ao incumprimento do Governo Regional, etc., mas que provavelmente se este tivesse feito a sua parte e a Câmara Municipal da Praia tivesse disponibilizado uma parte desse apoio a este fim, este não estaria a atravessar essa situação. Concluiu dizendo que aquando da votação do Plano e Orçamento para o corrente ano, tinha alertado que este não ia ser o que os praienses estavam à espera, não ia ser o que estava a ser anunciado e não tinha a mínima que não o ia ser. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** interveio e disse que, ao longo daqueles três anos e meio, se tinha discutido várias coisas impensáveis, mas também era impensável ouvir dizer que o que seria normal era pagar as obrigações, quando o que o atual executivo tinha percebido, aquando da tomada de posse, era que não se pagavam as obrigações bancárias, nem aos fornecedores e que se faziam empréstimos para pagar empréstimos. Relembrou que ao longo daquele tempo o que tinham visto era uma política de gestão transparente, esplanada nos documentos apresentados, que mostrava que havia uma preocupação redobrada em pagar, por exemplo, aos fornecedores. Concluiu dizendo ser verdade que tinha entrado algum dinheiro a mais, mas também era verdade que aquela Câmara tinha internalizado os trabalhadores e tinha trazido para a esfera pública e para a gestão camarária tudo o que tinha sido investido, gasto, todo o património tinha voltado à Câmara com todas as dificuldades que o processo acarretava. Disse, ainda, que gostava que no passado tivesse havido aquela preocupação de pagar todas as obrigações. -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** dirigiu-se ao Deputado Filipe Rocha e disse que tinha sido a primeira a dizer que ainda bem que se estava a conseguir pagar a dívida a fornecedores e que deveria ser sempre assim. Disse que tinha entrado muito mais dinheiro, que sabia que os recursos não eram parcos, que existia a inflação, mas considerando que se pagou a dívida a fornecedores, questionou o que se tinha feito mais e pago mais, pois pelas contas que se via o executivo tinha feito as amortizações das dívidas mensais normais, o custo da dívida tinha uma despesa de cerca de dez por cento da despesa total, por isso, questionava pelo resto, se este tinha ido para as rubricas “Outros”. Concluiu dizendo que não se viesse com a imagem de que estavam a fazer uma grandiosidade, pois tinham pago aos fornecedores e de resto limitavam-se a cumprir com as obrigações mensais e se a execução daquele executivo parecia muito grande, devia-se às recorrentes revisões orçamentais. -----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** interveio e disse que havia o reconhecimento público de que aquele executivo vinha a honrar os seus compromissos, no que dizia

respeito aos pagamentos e aos prazos médios destes aos seus fornecedores, pelo que não havia nada a apontar em relação a isso e era verdade que havia uma redução do mapa da dívida. Em relação à intervenção do Deputado Filipe Rocha, quando este questionou a Sra. Presidente sobre as rubricas "Outros", em fornecimentos de serviços externos, referiu que grande parte desses valores diziam respeito ao Município, ou seja, as contas consolidadas apresentavam uma variação, de dois mil e vinte e três para dois mil e vinte e quatro, de vinte por cento, sendo que a variação só das contas do Município era de trinta e quatro por cento. Posto isso, disse que o peso em fornecimento e serviços externos do Município e as rubricas "Outros" andavam mais ou menos a vir só das contas do Município e não de outras entidades da consolidação das contas, isto é, era significativo nessas rubricas e, na verdade, no compito geral, o fornecimento e serviços externos, que retratavam bem o modo de operar e gerir as coisas, davam logo um retrato acerca das opções de despesa corrente. Salientou, ainda, que de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro havia uma redução da despesa, mas muito à conta da redução das despesas de capital, ou seja, investimento, porque as despesas correntes subiam naquele período, o esforço para a redução da despesa tinha sido através das despesas de capital e não das despesas correntes/funcionamento. Posto isso, disse que aquela era apenas uma observação e que esta estava patente no Relatório e Contas de abril, página vinte; relativamente à questão das variações dos fornecimentos e serviços externos, estava no documento apresentado naquela sessão da Assembleia Municipal, página trinta e dois; relativamente à variação dos fornecimentos e serviços externos das contas do Município, página duzentos e quarenta e oito, do Relatório e Contas do Município apresentado na Assembleia Municipal de vinte e oito de abril. -----

----- **O Deputado John Borges** usou da palavra e disse que tinha gostado da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo ter recebido cinquenta mil euros, mas se isso tivesse acontecido os outros clubes do concelho da Praia da Vitória tinham ficado sem nada. Relembrou que, enquanto a Associação em causa teve duzentos atletas a treinar todos os dias em Angra do Heroísmo e durante os cinco anos em que o pavilhão esteve fechado e a servir de arrecadação a todo o material das zonas balneares do concelho, o PS nunca se havia preocupado. Disse que a dívida que a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo tinha e que provocou a descida da equipa se devia ao PS, portanto estes deviam estar sempre calados. Acrescentou que o PS tinha apresentado um voto de louvor pelos quarenta anos da Associação Filarmónica Cultural e Recreativa de Santa Barbara da Fonte do Bastardo, mas se fosse pelo PS ela nem tinha feito trinta anos. Confessou que ficava triste por tudo isso, pois estava ali para defender as suas instituições e a Fonte do Bastardo acima de tudo. Concluiu dando os parabéns à Senhora Presidente da Câmara porque, em doze anos, ela tinha sido a única que tinha conseguido pagar cento e oitenta e oito mil euros, que era a dívida da Câmara com a Fonte do Bastardo, tendo o Governo pago o restante.-----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** dirigiu-se ao Deputado John Borges e disse que tinha todo o direito de falar naquele órgão e, por isso, este não podia dizer que estivessem calados, porque não era correto. Disse que estavam ali todos democraticamente eleitos, todos tinham direito às suas opiniões e mandar calar não era

correto, sabia que este tinha conhecimento disso, que o tinha feito porque estava exaltado, mas que não o repetisse mais. -----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Dezoito votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Treze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Sandra Isabel Ávila Galvão, João Paulo Rocha Ávila, Lisandra Marina Barcelos Valadão, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Filipe Barcelos Rocha, Paulo Renato Rocha Ázera, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Paulo Rui Pacheco de Sousa, César Leandro da Costa Toste e Ana Margarida Vieira Branco;-----

----- **Três do CDS-PP** - Lucília de Fátima Toste Ávila, Diana Maria Nunes Simões e Valdemar Manuel Dias Toste; -----

----- **Dois do GCE** – Rita Lemos Borges e Bruno Manuel de Aguiar Borges. -----

----- **Catorze abstenções do PS** - Maria de Fátima Alves Homem, Ricardo António Ferraz da Rosa, Valter Manuel Linhares Peres, Carina Marlene Pires Dias, Daniela Leal de Andrade, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Eulalia Ferreira Toste Leal, Simão Pedro Meneses Fonseca, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Bruno Narciso Meneses Lopes, António Manuel Mendonça Borges, Marco Aurélio Ferreira Toste e Alice de Lima Enes. -----

----- **4. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSMISSÃO À CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGRA DO HEROÍSMO (CCIAH) DO CONTRATO DE CONCESSÃO, A QUE SE REFERE A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE GOVERNO Nº 75/1998, DE 12 DE ABRIL, E DO DIREITO DE SUPERFÍCIE, TRANSMITIDO ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE GOVERNO Nº 99/2003, DE 31 DE JULHO, NO ÂMBITO E NA SEQUÊNCIA DA DECISÃO DE DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA AGESPI.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Dezassete votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Doze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Sandra Isabel Ávila Galvão, João Paulo Rocha Ávila, Lisandra Marina Barcelos Valadão, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Filipe Barcelos Rocha, Paulo Renato Rocha Ázera, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, César Leandro da Costa Toste e Ana Margarida Vieira Branco; -----

----- **Três do CDS-PP** - Lucília de Fátima Toste Ávila, Diana Maria Nunes Simões e Valdemar Manuel Dias Toste; -----

----- **Dois do GCE** – Rita Lemos Borges e Bruno Manuel de Aguiar Borges. -----

----- **Catorze abstenções do PS** - Maria de Fátima Alves Homem, Ricardo António Ferraz da Rosa, Valter Manuel Linhares Peres, Carina Marlene Pires Dias, Daniela Leal de Andrade, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Eulalia Ferreira Toste Leal, Simão Pedro Meneses Fonseca, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, -----

Bruno Narciso Meneses Lopes, António Manuel Mendonça Borges, Marco Aurélio Ferreira Toste e Alice de Lima Enes. -----

----- **5. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS REFERENTES AOS EVENTOS CULTURAIS A REALIZAR PELA ACFSB - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA FREGUESIA DE SÃO BRÁS, APENAS DURANTE O PERÍODO DA SEMANA DA FESTIVIDADE DA FREGUESIA.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal solicitou que o ponto cinco fosse apresentado em simultâneo com o ponto seis, o qual foi aceite. De seguida, explanou os pontos. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **6. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS REFERENTES AOS EVENTOS CULTURAIS A REALIZAR PELO IMPÉRIO DA CARIDADE DAS FIGUEIRAS DO PAIM, APENAS DURANTE O PERÍODO DA SEMANA DA FESTIVIDADE.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto em simultâneo com o anterior. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **APROVAÇÃO POR MINUTA:** -----

----- Tendo a Câmara invocado urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro. -----

----- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.** -----

----- Terminados os trabalhos, eram quinze horas e trinta minutos, e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da terceira sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e cinco, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia. -----

Ass: _____

Ass: _____



Voto de Pesar a Eduardo Correia

É com profundo pesar que damos nota do falecimento de Eduardo Correia, figura incontornável do golfe na Ilha Terceira e do país, falecido que foi no passado dia 22 de junho.

Eduardo Correia, também carinhosamente conhecido por “Eddie”, durante toda a sua vida dedicou-se ao golfe, modalidade na qual deixou uma marca indelével na comunidade da Ilha Terceira. A sua importância para a modalidade e para o Clube de Golfe da Ilha Terceira, clube onde foi profissional durante largos anos, é atestada pela existência da "Taça Eduardo Correia", um torneio de pares que anualmente homenageia o seu legado e a sua contribuição para o desenvolvimento do golfe na ilha e na região. Foi uma referência desta modalidade, um promotor do desporto e um amigo para muitos. A sua partida deixa um vazio e será sempre recordado pelo seu espírito generoso e a sua dedicação inabalável ao golfe e à comunidade.

Neste momento de luto e dor, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata expressa as suas mais sentidas condolências à família enlutada e a todos os seus amigos e conhecidos.

Pelo seu inestimável contributo para a nossa comunidade e pela importância na dinamização do Golfe na Ilha Terceira, ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem propor um voto de profundo pesar pelo falecimento de Eduardo Correia.

Deverá ser dado conhecimento à família de Eduardo Correia, ao Clube de Golfe da Ilha Terceira e à Federação Portuguesa de Golfe.

Cabo da Praia, 30 de junho de 2025

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Paula dos S.' with a large, stylized initial 'S'.A small, stylized handwritten mark or signature in blue ink, possibly initials.A handwritten signature in blue ink, consisting of a long, sweeping horizontal stroke with a few small marks below it.A handwritten signature in black ink, featuring a large, stylized initial 'A' with a horizontal stroke extending to the right.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA NOVA

9760-701-PRAIA DA VITÓRIA

VOTO DE PROTESTO

A Assembleia de Freguesia de Vila Nova, reunida na sua sessão ordinária a 25/06/2025, vem, por este meio, expressar o seu mais veemente voto de protesto relativamente ao estado de abandono e degradação a que foi votada a zona balnear das Escaleiras, situação esta que prejudica gravemente a comunidade local, os visitantes e a imagem da freguesia e do nosso concelho.

A referida zona balnear é reconhecida pela sua excelência ambiental, ostentando orgulhosamente a **Bandeira Azul** e o **Galardão de "Poluição Zero"**, sendo uma das poucas na ilha que cumpre critérios de qualidade que a tornam merecedora de distinção nacional e internacional.

Contudo, no presente ano, a população foi confrontada com a ausência de serviços essenciais, nomeadamente:

- A inexistência de nadadores-salvadores, colocando em risco a segurança dos banhistas;
- A indisponibilidade de bar, balneários e demais apoios de praia, privando os utentes de condições básicas de conforto e usufruto;
- A manifesta incapacidade de planeamento por parte da Câmara Municipal da Praia da Vitória, que, apesar de realizar uma intervenção de emergência no teto da estrutura – no valor aproximado de **24 mil euros** –, não acautelou atempadamente a requalificação integral da instalação nem salvaguardou o concurso de exploração do bar não tendo o mesmo condições apetecíveis e atrativas para que haja interessados no mesmo.

É inadmissível que uma infraestrutura desta relevância, tenha sido esquecida não tendo um investimento necessário tal como foi acontecendo nos demais bares espalhados pelo concelho, que suportam as zonas balneares deste concelho, ficando o bar das Escaleiras para o segundo plano e sem investimento durante anos, ficando a infraestrutura deixada ao abandono e sem condições mínimas de segurança, dignidade e qualidade que os moradores e visitantes legitimamente exigem.

Perante esta situação, a Assembleia de Freguesia de Vila Nova:

- **Expressa a sua profunda indignação** pelo desleixo e falta de planeamento que conduziram ao atual estado da zona balnear das Escaleiras;



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA NOVA

9760-701-PRAIA DA VITÓRIA

• **Exige esclarecimentos urgentes** à Câmara Municipal sobre os motivos que determinaram a incapacidade de assegurar o normal funcionamento da zona de banhos no presente ano balnear;

• **Reclama a rápida reposição de condições dignas de utilização**, com salvaguarda da segurança dos utentes, bem como um plano de reabilitação estrutural sustentável que impeça a repetição destas situações no futuro.

Que seja dado conhecimento, deste documento, à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal.

Deliberado em Assembleia de Freguesia de Vila Nova, em 25/06/2025

Vila Nova, 25/06/2025

A Assembleia de Freguesia

A Presidente Alice Gus

O Primeiro Secretário Vitória Melo

O Segundo Secretário Fátima Comfins

Vogal Fátima Colk

Vogal Beira Santos

Vogal Custódio Gonçalves

Vogal _____

Vogal Paulo Barcelos

Vogal Estefânia Torres

Vogal Paula Cristina Ávila da Rocha

João Paulo

Abimem

Luís

António

Luís

[Signature]



Voto de Louvor à atleta Júlia Leal

No passado dia 23 de junho, a jovem atleta Júlia Leal sagrou-se campeã nacional de Portugal na modalidade de Ténis de Mesa Sub-19. Esta conquista notável não só espelha o seu excecional talento e dedicação, como também enaltece o desporto regional e nacional e a modalidade de Ténis de Mesa em particular.

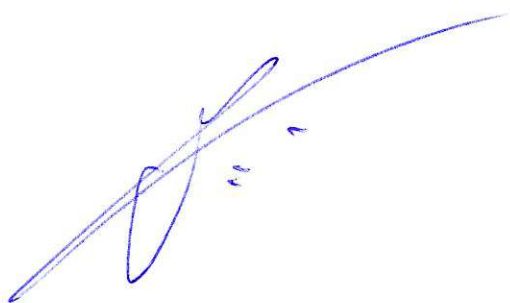
Júlia Leal, durante a sua trajetória desportiva, tem demonstrado uma persistência e disciplina admiráveis, qualidades essenciais para o sucesso no Ténis de Mesa, que exige precisão, agilidade e uma capacidade estratégica apurada. O título de campeã nacional Sub-19 é o culminar de horas de treino árduo e de um compromisso inabalável com a sua evolução. Esta vitória a nível nacional não só valida o seu percurso, como também a posiciona como uma jovem promessa, já consolidada, com um futuro brilhante pela frente na modalidade.

Com destaque, a sua performance revelou uma elevada técnica e um empenho exemplar, características que a tornam uma inspiração para as novas gerações de atletas e um orgulho para o Grupo Desportivo do Centro social do Juncal. O seu percurso demonstra a importância do investimento na formação desportiva de jovens talentos, que, através do desporto, desenvolvem não só capacidades físicas, mas também valores como o trabalho em equipa, a resiliência e o espírito competitivo saudável.

Pelo seu importante papel na promoção do desporto juvenil e por elevar o nome da Praia da Vitória a nível nacional, ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem propor um voto de louvor à atleta Júlia Leal. Esta homenagem visa reconhecer publicamente o seu mérito desportivo e incentivar a sua continuidade na prática do Ténis de Mesa, servindo de exemplo para a comunidade.

Deverá ser dado conhecimento à própria e ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.

Cabo da Praia, 30 de junho de 2025

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Paulo Roberto'.A small, stylized handwritten mark or signature in blue ink.A handwritten signature in blue ink, consisting of a long horizontal stroke and a loop.A handwritten signature in black ink, consisting of a long horizontal stroke and a loop.



Praia da Vitória

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

CINQUENTA ANOS DO GRUPO DESPORTIVO DAS FONTINHAS

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Praia da Vitória propõe à Assembleia Municipal um voto de congratulação ao Grupo Desportivo das Fontinhas pela celebração do seu 50.º aniversário, assinalado em 2025, um marco que simboliza meio século de dedicação, esforço e orgulho para a freguesia das Fontinhas e para a Praia da Vitória.

Fundado a 10 de junho de 1975, o Grupo Desportivo das Fontinhas tornou-se uma instituição de referência na Praia da Vitória e nos Açores.

Ao longo destes 50 anos, o clube construiu uma história rica em conquistas e momentos memoráveis, que só foram possíveis graças à paixão, ao compromisso e ao trabalho coletivo dos seus atletas, equipas técnicas, direções, sócios e adeptos.

O Grupo Desportivo das Fontinhas iniciou a sua trajetória nas competições organizadas pela INATEL, onde se sagrou campeão de ilha por 12 vezes, campeão açoriano por nove e campeão nacional em duas ocasiões, nas épocas 1992/93 e 1996/97, na categoria de futebol sénior masculino. Na época desportiva 2005/06, o clube mudou de patamar competitivo, integrando as competições organizadas pela Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Nos últimos anos, o Grupo Desportivo das Fontinhas atingiu novos patamares de excelência competitiva, culminando numa trajetória de sucesso que engrandece a freguesia das Fontinhas, o concelho da Praia da Vitória e a Ilha Terceira.

Na época 2017/2018, o clube ingressou no mais elevado escalão do futebol açoriano, o Campeonato de Futebol dos Açores, após uma temporada vitoriosa em que conquistou todas as competições em que participou. No ano seguinte, 2018/2019, sagrou-se campeão dos Açores, garantindo acesso ao Campeonato de Portugal. Em 2021/2022, na sua terceira época nesta competição, o GD Fontinhas fez história ao ascender à Liga 3, sendo a primeira

equipa açoriana a alcançar tal feito, além de conquistar o honroso título de vice-campeão do Campeonato de Portugal.

Esta celebração dos 50 anos é, por isso, um momento de reconhecimento pelo contributo imensurável do Grupo Desportivo das Fontinhas ao desporto regional e ao associativismo, reafirmando o papel fundamental do clube no desenvolvimento social e cultural da região.

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Praia da Vitória manifesta o seu profundo apreço e congratulações a todos os que, ao longo destas cinco décadas, contribuíram para a história e o sucesso do clube, desejando que o futuro reserve ainda mais conquistas e motivos de orgulho para o Grupo Desportivo das Fontinhas e para todos os açorianos.

Praia da Vitória, 30 de junho de 2025



The image shows six handwritten signatures in blue ink, arranged in two rows. The top row contains three signatures: a large, stylized signature, a signature that appears to be 'Consejo', and a signature that appears to be 'Adriano'. The bottom row contains three smaller, more compact signatures.



Praia da Vitória

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, pela conquista do título de Campeã Nacional da I Divisão de Ténis de Mesa

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Praia da Vitória propõe à Assembleia Municipal um voto de congratulação à equipa feminina do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, que, no passado dia 31 de maio, se sagrou campeã nacional da I Divisão de Ténis de Mesa, na temporada desportiva 2024/2025.

Onze anos depois da sua primeira conquista, o clube voltou a escrever o seu nome na história do desporto açoriano, ao vencer, em Mirandela, a equipa local por 3-2, no decisivo segundo jogo da final do play-off. Este título é o resultado de uma época marcada pela determinação, pelo trabalho coletivo e pela excelência competitiva.

Destacamos com especial reconhecimento as atletas Gabriela Feher, Tatiana Garnova, Júlia Leal e Joana Coelho, assim como o treinador Luís Sousa, cuja liderança exemplar foi decisiva para alcançar o patamar mais elevado do desporto nacional.

Mais do que uma vitória desportiva, esta conquista simboliza o rigor do movimento associativo da Praia da Vitória e eleva o Juncal como um exemplo nacional de dedicação, talento e profissionalismo. É um motivo de orgulho para todo o concelho e uma inspiração para as gerações futuras de atletas da nossa terra.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista expressa a sua elevada estima e reconhecimento a todas as atletas, equipa técnica, direção e demais colaboradores que contribuíram para este feito notável, que engrandece a Praia da Vitória e os Açores.

Praia da Vitória, 30 de junho de 2025



Voto de Congratulação à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e Câmara Municipal da Praia da Vitória

É com grande satisfação que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata manifesta a sua profunda congratulação à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e à Câmara Municipal da Praia da Vitória pela exemplar organização e realização das comemorações do Dia dos Açores na Praia da Vitória, no passado dia 20 de maio de 2025.

Passado 15 anos desde a última vez que se comemorou tal efeméride na Praia da Vitória, a escolha desta cidade para acolher este evento de tão assinalável importância regional revelou-se um sucesso retumbante, contribuindo para a valorização da nossa ilha e para o fortalecimento do espírito açoriano. A forma como o programa das comemorações foi concebido e executado, a homenagem aos galardoados com insígnias regionais, permitiu enaltecer a identidade, a cultura e as tradições do nosso arquipélago, envolvendo ativamente a comunidade local e recebendo com excelência os visitantes e entidades regionais.

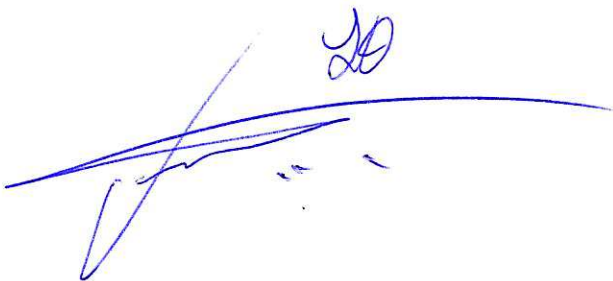
A sinergia e o empenho demonstrados por ambas as instituições – a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a Câmara Municipal da Praia da Vitória – foram cruciais para o êxito alcançado. Esta colaboração exemplar serviu de modelo de boa gestão e de articulação institucional, culminando num evento que dignificou a Região Autónoma dos Açores e, em particular, o concelho da Praia da Vitória.

Pelo seu inestimável contributo para a celebração do Dia dos Açores e para a promoção da Praia da Vitória, ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal da

Praia da Vitória, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem propor um voto de congratulação à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Deverá ser dado conhecimento a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e à Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória e restantes membros do executivo.

Cabo da Praia, 30 de junho de 2025

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Paulo [illegible]', written in a cursive style.A handwritten signature in blue ink, consisting of a long horizontal stroke with a small '20' written above it.A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping strokes.



Praia da Vitória

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

CINQUENTA ANOS DO GRUPO DESPORTIVO e RECREATIVO DA AGUALVA

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Praia da Vitória apresenta à Assembleia Municipal um voto de congratulação ao Grupo Desportivo e Recreativo da Aqualva pela celebração do seu 50.º aniversário, assinalando meio século de história, dedicação e serviço à freguesia da Aqualva e à Praia da Vitória.

Fundado em junho de 1975, o Grupo Desportivo da Aqualva tem um palmarés significativo, sobretudo no futebol, onde conquistou vários títulos. Embora a prática do futebol esteja inativa no clube e na freguesia há cerca de uma década, a coletividade manteve nos últimos anos uma forte atividade federada no futsal, onde se destacou ao conquistar o bicampeonato de Ilha nas épocas 2021/2022 e 2022/2023, e participando no Campeonato dos Açores de Futsal. Para além do futsal, o Grupo Desportivo da Aqualva tem vindo a diversificar a sua oferta desportiva, iniciando recentemente um projeto na modalidade de andebol de formação, demonstrando a sua capacidade de adaptação e compromisso com o desenvolvimento desportivo e social da Aqualva.

Ao longo destes 50 anos, o Grupo Desportivo e Recreativo da Aqualva tem sido um pilar fundamental no desenvolvimento desportivo, social e cultural da freguesia.

Este marco dos 50 anos é um momento de reconhecimento e homenagem a todas as gerações de atletas, dirigentes, técnicos, sócios e adeptos que, com dedicação e paixão, têm contribuído para o crescimento e prestígio do clube.

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Praia da Vitória manifesta a sua mais elevada estima e congratulações ao Grupo Desportivo Recreativo da Aqualva, desejando que continue a ser um agente dinamizador do desporto da Praia da Vitória.

Praia da Vitória, 30 de junho de 2025